NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	FÉRIAS	
			INÍCIO	FIM
JEFERSON LUIZ WANDERLEY	AGENTE PROFISSIONAL	18/09/2019 A 17/09/2020	26/11/2021	10/12/2021
FRANCINI DOS SANTOS PELEGRINI	ASSISTENTE TÉCNICO			
CAMILA HELLMANN PICHLER	AGENTE PROFISSIONAL	04/10/2019 A 04/10/2020	13/09/2021	27/09/2021
			25/10/2021	08/11/2021

Curitiba, 14 de junho de 2021.

GUNTHER FURTADO
SUPERVISOR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E AQUISIÇÕES

100134/2021

RESOLUÇÃO DPG Nº 098, DE 14 DE JUNHO DE 2021

Designa Defensora Pública para exercer a Coordenadoria de Umuarama

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 18, XII, e artigo 73, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual nº 136/2011,

RESOLVE

Art. 1º. Designar a Defensora Pública ANA LUISA IMOLENI MIOLA para exercer a Coordenadoria de Umuarama no período de 14/06/2021 a 18/06/2021, em substituição ao Defensor Público CAUE BOUZON MACHADO FREIRE RIBEIRO, que está em gozo de férias, atribuindo-lhe a gratificação prevista no parágrafo único do Art. 73 da LCE 136/2011.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

100030/2021

RESOLUÇÃO 2ª SUB Nº 044, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Designa Extraordinariamente Defensor Público para atuar em processo específico da Defensoria Pública do Francisco Beltrão/PR.

O 2º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelos arts. 18, parágrafo único e 19 da Resolução DPG 104/2020;

RESOLVE

Art. 1º. Designar extraordinariamente, sem prejuízo de suas atribuições ordinárias, o Defensor Público Dr. Renato Martins de Albuquerque, para atuar no processo nº 0010049-63.2019.8.16.0083, em favor da assistida Viviane Cristina Santos Oliveira, em trâmite perante a Vara Criminal da Comarca de Francisco Beltrão/Pr.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

RODOLPHO MUSSEL DE MACEDO
Segundo Subdefensor Público-Geral

99835/2021

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ

Ata da Sexta Reunião Ordinária do Conselho Superior,

realizada em vinte e um de maio de dois mil e vinte e um, com início às nove horas e quarenta e um minutos, através de videoconferência

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, com início às nove horas e quarenta e um minutos, através de videoconferência, realizou-se a **SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ**, com a presença dos Excelentíssimos Membros Natos, e os Excelentíssimos Membros Titulares. Presente também a Presidente da Associação dos Defensores Públicos. **EXPEDIENTE:** O presidente abriu a sessão, fez a conferência do quórum, e instalou a reunião. A lista de distribuições segue no anexo I. A ata da quinta reunião Ordinária foi aprovada de forma unânime **MOMENTO ABERTO:** Não houveram manifestações. **ORDEM DO DIA: PAUTA I) Item um – Dezesseis, duzentos e trinta e dois, seiscientos e quarenta, seis - Procedimento Administrativo Específico (protocolo quinze novecentos e trinta e sete cento e noventa e oito, zero) empresa Pardal locações de Veículos e Serviços Eireli - Daniel:** O item foi retirado de pauta, devido a ausência do Conselheiro Relator. Por intermédio de seu representante legal, o advogado Leonardo Souza de Santana, a empresa Pardal Locações de Veículos e Serviços Eireli considerou-se intimada em sessão para a próxima reunião, momento em que será novamente pautado o procedimento **PAUTA II) Item quatro: Dezesseis, duzentos e sessenta e dois, quinhentos e vinte e sete, seis – Elaboração de documentos de identificação provisório aos novos membros Corregedoria-Geral:** em atendimento a sugestão do primeiro Subdefensor Público-Geral, com a aprovação de todos os conselheiros presentes, o procedimento foi baixado em diligência e encaminhado a Coordenadoria Geral de Administração para manifestações quanto a especificação técnica da identidade funcional **PAUTA III) Item cinco: Convocação para eleições para Defensoria Pública-Geral – Presidência:** Houve a composição da Comissão Eleitoral com os seguintes membros: Matheus Cavalcanti Munhoz presidente da Comissão, Nicholas Moura e Silva, e Gabriela Lopes Pinto. Quanto ao membro da ADEPAR, optou-se por manter a presidente Ana Caroline Teixeira como representante, podendo ser substituída por quem esta indicar **PAUTA IV) Item três: Dezessete, seiscientos e quarenta e um, trezentos e dezesseis, seis – Proposta de alteração da Deliberação três de dois mil e dezesseis - Regulamenta a remoção à pedido e a remoção para o domicílio do cônjuge ou companheiro dos integrantes do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado – Presidência:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade de votos. **PAUTA V) Item dois – Dezesseis, cento e quarenta e sete, quatrocentos e oitenta e quatro três - Avaliação de estágio probatório de agente profissional – Cristiane Garcia Pires – Primeiro Subdefensor Público-Geral:** O conselheiro relator fez a leitura do voto, no sentido de confirmar a servidora na carreira. O voto foi aprovado por unanimidade de votos **ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** A presidência encerrou a reunião às onze horas e sete minutos, e para constar, eu, Cíntia Cristiane da Silveira, Assessora do Conselho Superior, lavrei a presente ata que, se aprovada, vai assinada por mim, pelo Presidente e por todos os presentes.

Eduardo Pião Ortiz Abraão
Presidente

Matheus Cavalcanti Munhoz
Primeiro Subdefensor Público-Geral.

Josiane Fruet Bettini Lupion
Hoshino
Corregedora-Geral

Thiago de Azevedo Pinheiro
Ouvidor-Geral

Fernando Redede Rodrigues
Conselheiro Titular

Luciana Tramuja Azevedo Bueno
Conselheira Titular

Camille Vieira da Costa
Conselheira Titular

Ana Caroline Teixeira
Presidente da ADEPAR

Cíntia Cristiane da Silveira
Assessora Jurídica

teletrabalho para as gestantes (art. 1º, inciso V), e a Portaria nº 32/2020/CIANORTE, a qual implementa o regime especial de teletrabalho no âmbito da unidade, por tempo indeterminado, bem como tendo em vista que todas as audiências estão sendo realizadas por meio virtual, solicita seja autorizado deslocamento para trabalho em *home office* em Primavera do Leste/MT.

Ainda, compromete-se a solicitante a continuar exercendo todas as funções dos Ofícios nos quais está lotada e da Coordenação enquanto sua estada em Primavera do Leste/MT for necessária. Prontifica-se, de igual forma, a estar de volta em Cianorte/PR, com a maior brevidade possível, caso surja qualquer questão que necessite de sua presença.

Por fim, indica a existência dos seguintes servidores lotados na sede, Daphne Raiocovitch, Sara de Jesus Araujo, Grazielle Ganhão, Marcia Cristina de Oliveira e Cleverson Nascimento de Mello, sendo os dois últimos assistentes técnicos, os quais poderão auxiliar nas demandas administrativas da unidade.

Os autos foram instruídos com os exames realizados, certidão de casamento e comprovante de residência do seu marido (fls. 04/07).

Vieram os autos para apreciação.

Primeiramente, cabe ressaltar que é evidente que o país vive uma situação de calamidade pública, tendo entrado em vigor Lei Complementar Federal nº 173/2020 com a finalidade de reconhecer tal estado e de tomar **todas as medidas necessárias** para o combate à pandemia do coronavírus (COVID-19).

Trata-se aqui, portanto, de uma questão de saúde pública, devendo a Defensoria Pública, como instituição responsável pela promoção dos direitos humanos, preservar não só a coletividade como um todo, mas sobretudo **a proteção de seus próprios membros e servidores**.

Neste sentido, a Lei nº 13.979/2020 estabelece que para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus poderão ser adotadas, entre outras medidas, o isolamento e a quarentena (art. 3º, incisos I e II).

Além disso, o Governo do Paraná emitiu diversos Decretos desde o início da pandemia, entre eles o nº 4.230/2020, 4.301/2020, 4.942/2020, 6.983/2021 e 7.020/2021, os quais impõem medidas restritivas à liberdade de ir e vir do cidadão em prol da contenção do vírus. Dentre tais medidas, o Governador decretou a suspensão de aulas, recomendou o fechamento de bares, restaurantes e estabelecimentos destinados ao entretenimento, além de suspender qualquer ato que possa causar aglomerações.

Ainda, destaca-se que o número de casos da doença vem aumentando não só no Paraná, como também em outros Estados do país, e que novas medidas restritivas foram recentemente adotadas a fim de diminuir a propagação da doença (Decreto do Governo do Estado do Paraná nº 7.737/2021).

Observa-se, assim, a patente situação de emergência e a evidente necessidade de imposição de ações que contingenciem a transmissão do vírus.

Com base em tais premissas, a Defensoria Pública do Paraná estabeleceu logo no início da pandemia, por intermédio da Portaria nº. 82/2020, medidas temporárias de prevenção ao contágio do vírus, entre elas a instituição do regime de teletrabalho pelo prazo inicial de 30 (trinta) dias aos Defensores Públicos, servidores e estagiários.

Tal previsão restou prorrogada por tempo indeterminado através das normativas posteriores – Resoluções DPG nº 88/2020 e nº 109/2020. O art. 2º, §4º, da Resolução DPG nº 109/2020 prevê que os Coordenadores e Supervisores poderão determinar o trabalho remoto de membros, servidores e estagiários de sua equipe.

ANEXO I LISTA DE DISTRIBUIÇÕES

100	Camille	17.641.066-3	Apresenta proposta de revisão da Deliberação CSDP 03/2019
101	Daniel	17637.613-9	Combate ao Racismo Estrutural no âmbito da DPPR
102	Fernando	17.403.445-1	Sugestão de modificação da Deliberação CSDP 008/2017
103	Matheus	16.655.621-0	Auxílio da Comissão de Prerrogativas sobre e-mail encaminhado pela 16ª Promotoria de Justiça de Foz do Iguaçu - autos no 0032891-36.2018.8.16.0030 e 0000407-94.2020.8.16.0030

99927/2021

Procedimento n.º 17.731.656-3

DECISÃO

Trata-se de requerimento da Defensora Pública *Fernanda Luckmann Saratt* no qual solicita autorização para deslocamento para realização de trabalho remoto, em *home office*, na cidade de Primavera do Leste/MT.

Informa a solicitante, Coordenadora de Sede, que recentemente realizou os exames e soube que está grávida, com tempo de gestação de 08 semanas e 04 dias. Indica que mora sozinha em Cianorte/PR, sendo que seus familiares residem em Campo Grande/MS e seu marido, Henrique Madureira Espíndola de Barros, em Primavera do Leste/MT.

Afirma que é de conhecimento geral que a infecção pela Covid-19 aumenta os riscos para mulheres grávidas e bebês, de modo que, com todos os cuidados sendo tomados, os encontros com o marido e familiares restaram prejudicados, devido ao aumento do risco de contágio. Dessa forma, o próprio isolamento determinado durante esse período da pandemia é intensificado por estar sozinha na comarca. Fato que acarreta diversos malefícios nesse ínterim tão delicado e emotivo.

Considerando a Resolução DPG n.º 082/2020, que institui o regime de